

política

Sartori defende candidatura própria do MDB

Partido resiste em aliança com PSDB e trabalha com a pré-candidatura do deputado estadual Gabriel Souza ao Piratini

/ ELEIÇÕES 2022

Marcus Meneghetti

marcus@jornaldocomercio.com.br

O ex-governador José Ivo Sartori defendeu nesta quarta-feira a candidatura própria do MDB ao governo do Estado. O partido trabalha com a pré-candidatura do deputado estadual Gabriel Souza (MDB) ao Palácio Piratini. A manifestação de Sartori - uma das lideranças unânimes dentro do diretório emedebista do Rio Grande do Sul - ocorre depois que o ex-governador Eduardo Leite (PSDB) lançou sua pré-candidatura à reeleição.

“Já não bastasse a nossa história, agora as circunstâncias exigem ainda mais uma candidatura própria do MDB no Rio Grande do Sul. É preciso manter a dignidade e a coerência”, escreveu Sartori, em sua conta na

rede social Twitter.

Anunciada na segunda-feira, a entrada de Leite na corrida pelo Palácio Piratini aumentou os rumores sobre uma possível fusão da candidatura tucana e emedebista no Rio Grande do Sul. Nesse cenário, há a expectativa de que Souza componha a chapa majoritária liderada por Leite, possivelmente como candidato a vice-governador.

Há pelo menos dois fatores que reforçam a tese da unificação das candidaturas.

Primeiro, há o cenário nacional. Após a desistência do pré-candidato tucano à presidência da República João Doria, o PSDB decidiu apoiar a presidenciável do MDB, a senadora Simone Tebet.

Depois de receber o apoio dos tucanos, o diretório nacional do MDB passou a pressionar os emedebistas gaúchos a apoiarem a candidatura de Leite. Isso garantiria um palanque unificado no Rio

Grande do Sul para Tebet, durante a corrida presidencial.

Segundo, o MDB gaúcho enfrenta dificuldades internas. Desde dezembro de 2021, o MDB gaúcho sofre com um racha dentro do partido, decorrente da disputa entre Gabriel Souza e o deputado federal Alceu Moreira para representar o MDB na eleição ao governo do Estado.

Mesmo após a desistência de Moreira de ser candidato a governador, a divisão interna prosseguiu. Tanto que o ex-secretário municipal de Porto Alegre Cezar Schirmer, representando um grupo de dissidentes, se colocou como pré-candidato do MDB. A falta de unidade em torno de Souza pode atrapalhar o desempenho da legenda na corrida pelo Palácio Piratini. Ao mesmo tempo, um grupo de emedebistas reluta em apoiar Leite.

Diante das especulações so-



José Ivo Sartori é uma das lideranças mais influentes da legenda

bre uma eventual aliança entre PSDB e MDB, Gabriel Souza se reuniu na terça-feira com o presidente nacional do MDB, deputado federal Baleia Rossi. Na ocasião Souza reafirmou sua pré-candidatura, justificando que ela visa defender o legado iniciado por Sartori e

apresentar aos gaúchos um projeto político que dê o passo à frente. O pré-candidato a governador pelo MDB disse a Baleia Rossi que há dois meses visita dezenas de municípios gaúchos e que existe um grande entusiasmo pela sua candidatura nas bases do partido.

Novo critica pensão de Leite, que diz ser ‘fake news’

O clima da disputa eleitoral já está no ar. Mal o ex-governador do Rio Grande do Sul Eduardo Leite (PSDB) anunciou que vai disputar novamente a vaga ao Piratini, um primeiro ataque surgiu no seu caminho. O Partido Novo informou que entrou na Justiça contra a pensão recebida por Leite pelo tempo como governador. O tucano reagiu, taxando de fake news a informação da sigla adversária.

O autor da ação impetrada na Justiça estadual é o pré-candidato ao governo pelo Novo, o advogado Ricardo Jobim. A origem da acusação é o benefício recebido pelo ex-ocupante do Piratini, que deixou o posto em fim de março, a tempo de poder se habilitar à eleição, pelo tempo que esteve no cargo até a aprovação da Lei 15.678, de agosto de 2021, que acabou com o benefício.

A nova regra vale após a data de entrada em vigor da lei, segundo a Procuradoria Geral do Estado (PGE-RS), que emitiu parecer sobre a matéria, que regula também o pagamento proporcional a Leite e por um período de quatro anos.

“O valor é proporcional ao número de meses do mandato efetivamente exercidos antes da revogação, ou seja, proporcional a 31/48 meses, equivalente, portanto, a R\$ 19.679,25”, esclarece o órgão.

O ex-governador eleito em 2018 ficou de janeiro de 2019 a mar-

ço de 2022 no posto. A pensão era vitalícia para ex-governadores e pensionistas, neste caso esposas de ex-governadores já falecidos.

Mesmo assim, o Novo considera o pagamento ilegal, sustentando que lei de 2021 teria acabado com a pensão.

Pelo seu Instagram, Leite deu o tom: “O velho jogo de atacar para ganhar mídia começou cedo neste ano eleitoral. Não podemos admitir fake news.”

Sobre a nova legislação, o tucano observou: “Eu mesmo sancionei a lei que revogou o benefício no ano passado e - assim como no início da pandemia -, abri mão voluntariamente de receber parte do meu salário - ao publicar a nova lei, abri mão de receber o valor integral que era previsto originalmente para ex-governadores.”

“Diferente dos demais ex-governadores, não estou recebendo pensão vitalícia”, reforça Leite, em sua postagem. Na ação (número 5099957-55.2022.8.21.0001), Jobim defende que o tucano “não possui as condições necessárias para o recebimento do benefício, pois a lei que o previa foi revogada muito antes da sua renúncia”. Segundo a sigla, a ação pede a devolução dos valores já pagos ao ex-governador.

O Novo aponta dados do Portal da Transparência mostrando que Leite recebeu, em maio, R\$ 19,6 mil e uma parcela retroativa (abril),

somando valor bruto de R\$ 39,9 mil. Em abril, Leite já estava fora do governo. Jobim diz ainda que o ato que autoriza a pensão não teria sido publicado no Diário Oficial do Estado.

“Isso é inadmissível. É dinheiro dos gaúchos servindo a pessoas e seus interesses. O combate aos privilégios precisa de ação, não de discursos”, critica o pré-candidato e futuro adversário de Leite.

Em nota, a PGE-RS explica que a lei aprovada em 2021 não gerou prejuízo a quem exercia o mandato até a data em que foi estabelecido o fim do benefício. A decisão da Assembleia revogou as leis 7.285, de 1979, e a 14.800, de 2015, que regulavam as aposentadorias e pensões ligadas a ex-governadores. O parecer 18.915/2021 esclareceu a aplicação da nova regra, diz a PGE-RS.

“Aos ex-governadores que exerceram o mandato até 31/12/2018, o direito à pensão é vitalício e corresponde ao subsídio de desembargador fixado na Lei nº 14.676/15, equivalente a R\$ 30.471,11 (trinta mil, quatrocentos e setenta e um reais e onze centavos)”, diz a procuradoria.

A PGE-RS informa ainda que o mesmo assunto é tema de uma ação popular movida por deputados estaduais no ano passado na 5ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, mas que não obteve medida liminar e hoje aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal.

Em inauguração da Cozinha Solidária, lideranças pedem união da esquerda

Ao meio-dia desta quarta-feira, lideranças do campo da esquerda compareceram à inauguração da Cozinha Solidária da Azenha, em Porto Alegre. Enquanto trabalhadores de baixa renda, moradores de rua e outras pessoas em vulnerabilidade social aguardavam na fila para receber uma refeição gratuitamente, o coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Guilherme Boulos (PSOL), a ex-deputada Manuela d’Ávila (PCdoB) e os pré-candidatos ao governo do Estado Pedro Ruas (PSOL) e Edegar Pretto (PT) defendiam a união dos partidos de esquerda e movimentos sociais ainda no primeiro turno das eleições.

O MTST tem inaugurado desde 2021 cozinhas solidárias por todo o Brasil, com o objetivo de fornecer refeições gratuitas para cidadãos em situação de vulnerabilidade social.

Em setembro de 2021, a cozinha havia sido montada em um terreno ocioso da União no bairro Azenha também. Após 18 dias servindo marmitas gratuitamente, o governo federal pediu a reintegração de posse do local, que está vazio até hoje. Com os ativistas desalojados, a comida passou a ser preparada na casa de uma moradora do bairro, que se sensibilizou com a situação. Até a inauguração da Cozinha Solidária, as refeições eram servidas na

Praça Princesa Isabel.

Praticamente todas as lideranças que se pronunciaram nesta quarta reclamaram da inércia do poder público no combate à fome. Conforme o II Inquérito da Insegurança Alimentar, divulgado na semana passada pela Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan), 33,1 milhões de brasileiros não tem o que comer atualmente. Em 2020, o número girava em torno de 19 milhões.

“Alimentação é o mínimo que um cidadão deve ter. Já que os governos federal, estadual e municipal não atuam nisso, nós temos que fazer isso (prover refeições à população carente)”, disse Pedro Ruas.

“No momento mais agudo da pandemia, o povo do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), agricultura familiar e movimentos sociais entraram nas periferias das grandes cidades com alimentos”, disse Edegar Pretto. E complementou: “Se possível, devemos estar juntos ainda no primeiro turno, para quando estivermos à frente do Piratini, acabarmos com a fome no RS”.

Boulos relatou que membros do MTST levaram Lula para conhecer uma Cozinha Solidária, que se comprometeu em tornar a iniciativa uma política pública.